



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
CLIPPING - JORNAIS IMPRESSOS

Correio Urbano

A6 GERAL

Correio de Sergipe • Aracaju
quarta-feira • 31 de janeiro de 2018

Prejuízo com fraude pode passar de R\$ 80 mil

Promotor de Justiça Militar tenta levantar quanto foi arrecadado de forma ilícita em esquema de abastecimento

O prejuízo causado pelo suposto desvio de dinheiro da Polícia Militar, através do cartão de abastecimento de combustível (Vale Card) das viaturas, pode ser superior a R\$ 80 mil, aos cofres da corporação. A conclusão foi feita pelo promotor de Justiça Militar João Rodrigues Neto, que vem tentando levantar de forma precisa o valor desviado.

Durante interação com a

imprensa, o promotor, que atua na Promotoria do Controle Externo da Atividade Policial da Comarca de Aracaju, explicou detalhes da fraude descoberta, através de investigações realizadas pela própria corporação. Um 3º sargento, à época lotado no Centro de Suprimento e Manutenção (CSM) da Polícia Militar, supostamente articulou o esquema com uma frentista de um dos postos credenciados para o abastecimento de viaturas da

corporação.

As apurações indicam que a fraude teria sido realizada durante cerca de quatro meses e, durante esse período, o valor de combustível movimentado foi entre R\$ 80 mil a R\$ 90 mil, destinados às viaturas militares que estão sob investigação. No entanto, o promotor não descarta que a fraude possa ter sido realizada por muito mais tempo, tendo sido iniciada em 2014 ou 2015, o que poderá

ser ou não confirmado através de novas diligências.

• Mais detalhes

O promotor de Justiça Militar destacou ainda que o caso pode ter alguns desdobramentos, pretendendo analisar os cartões "coringas", como são chamados aqueles que permitem abastecimento ilimitado das viaturas, que seriam usados para atender situações de caráter emergencial.

O Inquérito Policial Militar (IPM), instaurado para apurar as circunstâncias da suposta fraude, foi remetido à Justiça Militar. O promotor garante que as investigações ainda não cessaram e podem apontar outras responsabilidades.

• PM5

A reportagem do Jornal Correio de Sergipe procurou o major Marcos Carvalho, auxiliar da 5ª Seção da Polícia Militar (setor responsável

pela Comunicação Social da PM). Segundo o oficial, o caso está no Judiciário e a corporação aguarda o desenrolar dos fatos.



APURAÇÕES INDICAM QUE A FRAUDE TERIA SIDO REALIZADA DURANTE CERCA DE QUATRO MESES